

Fundo deve aliviar o setor privado

23 JUL 1986
GAZETA MERCANTIL
Economia - Brasil

por Celso Pinto
de Brasília

A criação do Fundo de Reconstrução Nacional — será anunciada hoje à noite pelo presidente Sarney, em cadeia de rádio e televisão — será o primeiro passo para "limpar" o orçamento da União.

O objetivo é fazer com que esse orçamento, sustentado pela arrecadação tributária, destine, no futuro, seus recursos exclusivamente para as áreas sociais típicas de governo, como educação, saúde e segurança.

Os aportes de recursos do Tesouro para as estatais, que hoje estão incluídos no orçamento da União, passarão a ser responsabilidades exclusivas do novo fundo. Seu alcance será amplo e diversificado: servirá para capitalizar diretamente estatais, aliviando a carga do excessivo endividamento de algumas "holdings", e também poderá respaldar o lançamento de debêntures ou ações.

Embora seu alvo central seja o setor público, o fundo

poderá ajudar, indiretamente, também o setor privado. Uma de suas funções será servir, eventualmente, como refinanciador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em outros termos, as aplicações que o BNDES fizer no financiamento de investimentos privados em setores prioritários poderão ser ampliadas com o aporte de recursos do fundo.

Os recursos do fundo virão, basicamente, dos empréstimos compulsórios sobre alguns bens e serviços que o governo criará. Também farão parte de seu ativo todas as ações de empresas estatais que não sejam essenciais para seu controle acionário, isto é, tudo o que exceder 51% do capital votante. Essas ações poderão ser vendidas, gradualmente. Outra fonte de recursos deverá ser a venda de empresas estatais, devidamente saneadas, para o setor privado.

Uma fonte do Planalto calculou em CZ\$ 100 bilhões o volume anual de recursos

deste novo fundo. Uma fonte da Fazenda disse a este jornal que qualquer cálculo é, no momento, impreciso. O governo não tem ideia de como os empréstimos compulsórios poderão atuar sobre a demanda: quanto maior for o sucesso da medida em conter a demanda pelos bens onerados menor será o volume de recursos arrecadados pelo fundo. Os dois objetivos são desejados pelo governo — conter a demanda e levantar novos recursos —, mas não se tem ainda uma ideia precisa dos possíveis resultados.

De todo modo, o efeito global de contenção da demanda agregada será bastante expressivo. Como explicou uma fonte da Fazenda a este jornal, o governo estava preocupado com as pressões pelo excesso de demanda e estudou várias alternativas. Uma delas seria a elevação do Imposto de Renda recolhido na fonte dos assalariados.

Para atingir o volume de recursos que o governo estimava como necessário, contudo, seria preciso, segundo essa fonte, aumentar em mais de 200% o IR na fonte. Isto, além de ser politicamente desastroso, seria economicamente injusto, já que penalizaria todos os assalariados por igual. No caso do empréstimo compulsório sobre bens consumidos por faixas de renda mais altas, chega-se ao mesmo resultado com maior equidade.

Os empréstimos compulsórios deverão incidir sobre combustíveis (possivelmente 25% do preço), e sobre automóveis novos e usados (possivelmente 30%). Será cobrado um compulsório sobre passagens ao exterior e um imposto sobre operações financeiras (que poderá ser de 10 a 50%) sobre dólares vendidos para turistas. O imposto será de menos, eventualmente se espera que o prior, não se concretizará, e acima do nível do ano ante-

Fundo deve aliviar o setor privado

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

o esquema será o seguinte: o compulsório será recolhido pelas refinarias e arrecado, portanto, ao preço de venda ao consumidor. O governo rateará o valor arrecadado pelo compulsório levando em conta o universo de veículos existentes e o cálculo do consumo médio de cada um, proporcional à sua potência. Quem quiser reclamar terá de provar, através de notas fiscais, que consumiu mais do que o governo arbitrou. O compulsório será devolvido em três anos e renderá tanto quanto a caderneta de poupança.

O "pacote" que o governo anunciará hoje incluirá, ainda, uma regulamentação que flexibiliza a participação de capitais externos nas bolsas de valores. O governo calcula que esta medida poderá resultar num ingresso imediato de US\$ 100 milhões nas bolsas.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), que se reunirá hoje, deverá aprovar a elevação de 45 para 55% do Imposto de Renda cobrado sobre aplicações "overnight" e um aumento equivalente para todos os títulos financeiros de curto prazo. Ao mesmo tempo, será aliviada a carga tributária sobre os papéis de longo prazo, para estimular os investidores a ampliarem o prazo de suas aplicações.

Outra medida em estudo, mas que não faz parte do "pacote", é a criação dos "commercial papers", títulos financeiros de curto prazo emitidos diretamente pelas empresas. Isto porque não é legalmente possível usar para o "commercial paper" o mesmo expediente que será usado no caso do empréstimo compulsório e do Fundo de Reconstrução Nacional — a aprovação de um decreto-lei. O "commercial paper" exige um projeto de lei, a ser votado pelo Congresso, e até ontem à noite não era certo se este projeto seria apresentado hoje ou ficaria para depois.

Outra fatia do "pacote" é o anúncio das linhas gerais da reforma administrativa.

Havia, inicialmente, a intenção de anunciar-se algumas medidas concretas da reforma. O fato é que ela implica operações politicamente delicadas, como extinção e alteração de inúmeras empresas estatais, autarquias e fundações. Segundo uma fonte ligada ao Palácio do Planalto, o presidente, colocado perante as dificuldades de operar a reforma apressadamente, teria optado por dar um prazo de noventa dias para seu delineamento, dando maior espaço para a negociação política.

Mesmo sem a reforma administrativa, contudo, o "pacote" contém dose suficiente de complicações políticas. Uma delas, por

exemplo, era a definição do comando do Fundo de Reconstrução Nacional. Quando a Fazenda tentou viabilizar a ideia de criar uma "holding" para as estatais, encontrou resistências muito fortes, inclusive da Secretaria de Planejamento (Seplan). A principal acusação era de que a "holding" implicaria concentração exagerada de poderes na Fazenda.

Para contornar as críticas e provar que a essência da proposta era viabilizar o setor público, e não ampliar seus poderes, a própria Fazenda sugeriu que a "holding" poderia ser gerida por um Conselho de Ministros. Caberia ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) definir as linhas gerais de ação e a direção da "holding" implementá-las.

Agora, com a ideia do Fundo de Reconstrução Nacional, a fórmula deverá ser parecida. O CDE definirá as linhas básicas de ação. Como se trata de um fundo financeiro, contudo, sua operação prática deverá ficar sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro, na Fazenda. Segundo uma fonte da Fazenda, isso já estava decidido e aprovado, ontem, pelo presidente.

Outra questão delicada embutida no "pacote" é a legalidade do empréstimo compulsório. Algumas áreas do governo, inclusive o Gabinete Civil, levantaram algumas dúvidas so-

bre eventuais problemas legais que o governo poderia enfrentar com a instituição do empréstimo compulsório.

A Fazenda alega que o Supremo Tribunal Federal (STF) já examinou essa questão por três vezes até hoje, e em todas decidiu pela legalidade da cobrança. Os que levantam dúvidas, de toda forma, alegam que o STF nunca se decidiu favoravelmente pela temporariedade, isto é, pela cobrança do empréstimo compulsório no mesmo ano em que foi instituído. Na Fazenda, de toda forma, argumenta-se que essa é uma questão decidida e encerrada: o empréstimo sairá e não deverá ser contestado judicialmente com sucesso.

O governo desistiu da cobrança de um empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, mas por outras razões. Segundo se comentou no Planalto, a decisão de evitar esse compulsório teria sido tomada pelo presidente Sarney, anteontem. Na Fazenda, duas fontes forneceram uma versão diferente: na verdade, o próprio ministro Dilson Funaro, junto com seus assessores, no sábado passado, teria desistido desse compulsório. Por uma boa razão: seria muito pouco dinheiro para muito aborrecimento político, além de, por ser generalizado, também ser injusto do ponto de vista econômico.